



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
COLEGIADO

Normativa Interna Nº 10/2025

Ementa: Disciplina a realização de Doutorado em Regime de Cotutela (dupla e múltipla titulação) no PPGD/UFPE.

O Colegiado do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE), no exercício da competência atribuído pelo inciso V, Art. 4º do Regimento Interno do PPGD/UFPE, publicado no B.O. UFPE no. 114, de 02 de julho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para o funcionamento de Doutorado em Regime de Cotutela no âmbito do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE, ou simplesmente Programa).

Parágrafo único. O vínculo de Doutorado em Regime de Cotutela de discentes estrangeiros não o institui como discente do PPGD/UFPE, uma vez não ter sido aprovado em processo de seleção do PPGD/UFPE.

Art. 2º Cotutela é modalidade de elaboração de tese de doutorado, que pode ser de Dupla Titulação, quando o título de doutor for conferido pela UFPE e por uma instituição estrangeira conveniada em comum acordo, ou de Múltipla Titulação, quando o título de doutor for conferido pela UFPE e por duas ou mais instituições estrangeiras conveniadas em comum acordo.

Art. 3º A realização de doutorado em regime de Cotutela poderá ocorrer de duas maneiras:

I - Condicionada a uma Convenção de Cotutela Geral e Aberta, firmada entre a UFPE e a/s instituição/ções de ensino superior/es estrangeira/s, facultando o usufruto dos benefícios do regime de Cotutela aos estudantes das instituições envolvidas; ou

II - Através de Acordo de Cotutela Específica e Fechado exclusiva para cada doutorando, celebrada entre a UFPE e a(s) instituição(ões) de ensino superior estrangeira(s).

Parágrafo único. Nas modalidades acima descritas, o docente orientador proponente pela parte do PPGD/UFPE deverá fazer uso dos modelos de Convenção Geral e Específica (Anexo I e II a esta Normativa Interna) ou de modelo proposto pela instituição estrangeira, sendo estes, objeto de análise da Procuradoria Geral da UFPE.

Art. 4º O doutorado em regime de Cotutela (dupla ou múltipla titulação) requer aprovação pelo Colegiado do Programa:

I – proposta de Convenção Acadêmica (Geral ou Específica) para Cotutela de Tese;

II – Plano de Atividades;

III – Termo de compromisso.

Art. 5º A Convenção Geral ou a Convenção Específica Acadêmica para Cotutela de Tese será firmada entre a UFPE e a(s) Instituição(ões) de Ensino Superior Estrangeira(s), por iniciativa de seus cursos de Pós-Graduação **Stricto Sensu**.

§ 1º Cada discente candidato ao regime de Cotutela de Tese, originário da UFPE ou da(s) instituição(ões) de ensino superior estrangeira(s), deverá assinar um Termo de Compromisso conforme tipo de Convenção de Cotutela a ser estabelecida entre as instituições.

§ 2º O Termo de Compromisso será acompanhado de Plano de Atividades, devendo ser homologado pelos professores que orientarão o estudante em cada uma das instituições de ensino superior participantes.

Art. 6º A Convenção Acadêmica (Geral ou Específica) para Cotutela de Tese disciplinará:

I - o conjunto das atividades a serem desenvolvidas, incluindo o projeto de pesquisa a ser realizado em cada uma das instituições;

II - o tempo previsto para a realização do curso, bem como o período de permanência em cada Instituição (podendo ser realizado inclusive de forma online/remota)

III - o (s) idioma (s) em que será redigida a tese;

IV - o local, forma e composição da banca de defesa de tese;

V - a publicação dos resultados de pesquisa, exploração e proteção autoral de patentes;

VI - as possíveis obrigações financeiras assumidas pelas partes;

VII - os critérios para adesão de estudantes em ambas as instituições de ensino superior, respeitado o estabelecido no Art. 4º desta Resolução; e

VIII- as exigências específicas a serem cumpridas pelos estudantes.

Art. 7º Para aderir à Convenção Acadêmica de Cotutela em quaisquer das modalidades constantes no Art. 3º, o discente originário da UFPE deverá estar matriculado há no máximo 18 (dezoito) meses no curso de doutorado, bem como não ter sido reprovado em disciplinas.

Art. 8º Para a formalização da Cotutela, o interessado deverá endereçar ao Colegiado do PPGD/UFPE, via SIPAC do PPGD/UFPE (11.40.06) a seguinte documentação:

I - solicitação de Cotutela pelo professor orientador na UFPE;

II - minuta da Convenção de Cotutela (Geral ou Específica);

III - Termo de Compromisso;

IV - documento que conste o interesse da instituição estrangeira na realização do projeto de pesquisa; e

V - Histórico Escolar do estudante, ou documento equivalente.

Art. 9º Uma vez aprovada pelo Colegiado do PPGD/UFPE a proposta de Convenção Acadêmica para Cotutela de Tese, para formalizar a cotutela, a Secretaria do Programa abrirá processo, via SIPAC, a ser encaminhado à Diretoria de Relações Internacionais (DRI) com a documentação acima, adicionada a Ata da Reunião do Colegiado do Programa que aprovou a Cotutela, observado o teor da Resolução Nº 27/2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal de Pernambuco e demais normas vigentes.

Art. 10 O estudante originário de instituição de ensino superior estrangeira deverá solicitar sua matrícula na UFPE, dentro dos prazos previstos na Convenção, apresentando os documentos solicitados pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE.

Parágrafo Único. Para realizar sua matrícula na UFPE, os estudantes de nacionalidade estrangeira deverão estar com situação migratória, no caso de cursos presenciais, devidamente regularizada.

Art. 11 O acordo estabelecido na Convenção Acadêmica para Cotutela de Tese estabelecerá necessariamente a forma de realização da Comissão Examinadora da Tese, presencial ou remota, e a instituição responsável por sua realização e promoção.

§1º A Comissão Examinadora será constituída conforme estabelecido na Convenção de Cotutela, devendo haver participação, preferencialmente, de docentes de todas as instituições envolvidas.

§2º Não poderá ocorrer a realização da Comissão Examinadora da Tese em Cotutela no caso de perda de vínculo do/a discente com a instituição estrangeira.

Art. 12 O acompanhamento institucional da cotutela, nos termos desta resolução, será feito pelo programa de Pós-Graduação em Direito da UFPE em parceria com a instituição ou instituições estrangeiras conveniadas.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do PPGD/UFPE comunicar à PROPG e à DRI eventuais necessidades de ajustes, os efetivando sob suas supervisões.

Art. 13 Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE.

Art. 14. Esta Normativa Interna entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do PPGD/UFPE.

Prof. Dr. Artur Stamford da Silva
Coordenador do PPGD/UFPE

NORMATIVA INTERNA APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFPE, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2025.

ANEXO 1 (MINUTA)

CONVENÇÃO GERAL ACADÊMICA PARA COTUTELA DE TESE DE DOUTORADO a ser usada para os casos de Convenções Gerais e/ou Convenções Específicas em que não existam Acordos de Cooperação previamente firmados.

CONVENÇÃO GERAL ACADÊMICA PARA COTUTELA DE TESE DE DOUTORADO

CONVENÇÃO Acadêmica que celebram a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (BRASIL) e a (NOME OFICIAL E COMPLETO, ESCRITO NO IDIOMA OFICIAL DO PAÍS), (PAÍS) no interesse do DEPARTAMENTO / INSTITUTO / ESCOLA / UNIDADE DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA – quando for o caso, visando à cooperação acadêmica para fins de cotutela de tese e dupla-titulação ou múltipla-titulação.

Pela presente Convenção, de um lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE), Brasil, representada por seu Reitor (NOME COMPLETO) e, de outro lado, a (NOME OFICIAL E COMPLETO DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA, ESCRITO NO IDIOMA OFICIAL DO PAÍS DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA), (SIGLA OFICIAL DA INSTITUIÇÃO

ESTRANGEIRA, caso exista uma sigla oficial), (PAÍS), neste ato representada por seu (sua) Reitor(a)/(Presidente), (NOME COMPLETO DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA), NO INTERESSE DO DEPARTAMENTO/INSTITUTO/ESCOLA/UNIDADE

DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA – quando for o caso, representada por seu (sua) Diretor(a) (NOME COMPLETO DO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO DA INSTITUIÇÃO

ESTRANGEIRA), têm entre si justo e acertado o que segue, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Convenção tem por objeto promover a cooperação acadêmica entre o Programa de Pós- Graduação em XXXXXXXXX DA UFPE e a (NOME E SIGLA DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA), no interesse do (DEPARTAMENTO/INSTITUTO/ESCOLA/UNIDADE DA

INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA – quando for o caso), por meio da orientação de estudantes de Doutorado das respectivas instituições, visando à preparação de tese de doutorado e dupla-titulação ou múltipla-titulação, cuja realização e defesa se efetuarão sob a responsabilidade conjunta das duas (ou mais) instituições, segundo as cláusulas aqui estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

- 2.1. Os estudantes do Programa de Pós-Graduação em XXXXXXXXX DA UFPE ou do Curso de (NOME DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA) podem pleitear a orientação para preparação de uma tese de doutorado visando à dupla-titulação ou (múltipla-titulação), desde que regularmente matriculados em uma dessas instituições.
- 2.2. O estudante será indicado por sua instituição de origem através de Termo de Compromisso indicando adesão à presente Convenção, termo que deve especificar o nome do aluno, título do projeto que será desenvolvido, título previsto para a tese, nomes dos orientadores em ambas as Instituições e nome do Programa de Pós-Graduação e respectiva Área de Concentração, se pertinente e deve estar acompanhado de um plano de atividades. O Termo de Compromisso deve ser apreciado pelos órgãos competentes da Pós-Graduação das instituições envolvidas nesta Convenção.
- 2.3. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições e acordado entre os respectivos orientadores, os quais se comprometem a exercer plenamente a função de orientador do pós-graduando.
- 2.4. O tempo de preparação da tese deve ser repartido entre as duas instituições envolvidas na orientação, por períodos alternados em cada um dos dois países. O período total de permanência nos países envolvidos deverá ser acordado e descrito nesta convenção;
- 2.5. Os procedimentos para orientação de estudantes de Doutorado visando à dupla- ou múltipla titulação devem obedecer o disposto nas normas de Pós-Graduação da instituição de origem do pós-graduando.
- 2.6. O estudante aceito pela instituição acolhedora será considerado estudante de programa de intercâmbio devendo ter os mesmos direitos de seus alunos regulares.
- 2.7. As teses devem ser redigidas em língua portuguesa ou se apresentada na INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA, o idioma deverá ser o da IES estrangeira. A tese redigida em uma destas duas línguas será completada por um resumo na outra língua, além de um resumo na língua inglesa.
- 2.8. A tese será defendida, de comum acordo, em uma das instituições partícipes, conforme definido no termo de compromisso de cada estudante. A tese defendida em (IDIOMA DA TESE) será completada pela apresentação de um resumo na outra língua.
- 2.9. A comissão julgadora da tese será designada de comum acordo entre as instituições partícipes e será constituída por membros dos países envolvidos obedecendo-se o disposto nas normas da instituição em que a tese for apresentada para a defesa, incluindo-se entre estes, obrigatoriamente, os orientadores.
- 2.10. A publicação, a exploração e a proteção do tema da tese e dos resultados da pesquisa são asseguradas pelos Programas de Pós-Graduação envolvidos, de acordo com os procedimentos específicos de cada país.
- 2.11. O seguro saúde deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem, antes de sua chegada à instituição acolhedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

O estudante envolvido no intercâmbio deverá pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, em sua instituição de origem. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos, pelas instituições conveniadas ou ficarão a cargo do próprio estudante. A existência da presente Convenção não implica compromisso de suporte financeiro obrigatório por conta das instituições conveniadas.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA UFPE E DA(S) (NOME DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA)

- 4.1. As instituições envolvidas procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas por esta Convenção.
- 4.2. Ao final da estada do estudante, a instituição acolhedora enviará ao órgão apropriado da instituição de origem documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.
- 4.3. As duas instituições se comprometem a promover a integração dos estudantes na vida acadêmica da instituição acolhedora.
- 4.4. A instituição acolhedora deverá prover condições de pesquisa e local apropriados para o trabalho do estudante, na medida de suas possibilidades.
- 4.5. As duas instituições reconhecem a validade da orientação realizada e da tese defendida e aprovada, e se comprometem nos termos da legislação vigente, a outorgar o título de Doutor ao candidato com validade no Brasil e PAÍS DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA.

CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DA CONVENÇÃO

- 5.1. Para constituir a Coordenação técnica e administrativa da presente Convenção são indicados pela NOME DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE, o(a) Professor(a) NOME COMPLETO DO DOCENTE e pela NOME DA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA, o(a) Professor(a) NOME COMPLETO DO DOCENTE/DIRETOR/PRESIDENTE.
- 5.2. Caberá à referida Coordenação a busca de soluções e o encaminhamento de questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência da presente convenção, bem como a supervisão das atividades.

CLÁUSULA SEXTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos de propriedade intelectual derivados dos trabalhos realizados no âmbito desta Convenção estarão sujeitos às disposições legais vigentes nos países das instituições participantes.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE CIVIL

As partes signatárias não assumirão a responsabilidade civil por danos e prejuízos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

A presente Convenção vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as partes. Quaisquer mudanças nos termos desta Convenção deverão ser efetuadas através de Termo Aditivo, devidamente acordado entre as partes signatárias.

CLÁUSULA NONA – DENÚNCIA

A presente Convenção poderá ser denunciada a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento da Convenção, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação da presente Convenção, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Na impossibilidade de consenso, as envolvidas indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em duas (2) vias idênticas de cada versão, em português e IDIOMA DA IES ESTRANGEIRA, de igual teor e para um só efeito.

UNIVERSIDADE PERNAMBUCO	FEDERAL	DE	(NOME DA IES ESTRANGEIRA)
(NOME COMPLETO)			(NOME COMPLETO)
Reitor			Presidente/Reitor/
Data: _____ / _____ / _____			Data: _____ / _____ / _____

ANEXO 2

CONVENÇÃO ESPECÍFICA PARA COTUTELA DE TESE DE DOUTORADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (BRASIL) E A [INSTITUIÇÃO PARCEIRA] (PAÍS) a ser usada para os casos de Convenções Específicas destinadas exclusivamente a um único doutorando. Caso a instituição estrangeira não tenha Acordo de Cooperação válido com a UFPE, a Convenção constante no Anexo 1 deve ser igualmente preenchida e acompanhada desta.

CONVENÇÃO ESPECÍFICA PARA COTUTELA DE TESE PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (BRASIL) E A [INSTITUIÇÃO PARCEIRA] (PAÍS)

Após exame das autoridades competentes datando de _____.

Considerando que o procedimento de cotutela visa desenvolver a cooperação científica entre as equipes de pesquisa [País da Instituição Parceira]-Brasil favorecendo a mobilidade dos doutorandos,

As duas universidades signatárias concordam com a preparação de uma tese de doutorado cuja realização e defesa se efetua sob a responsabilidade conjunta de dois estabelecimentos segundo as seguintes especificações:

Artigo 1

- O/A aluno/a de doutorado objeto desta convenção é:

[NOME DO ALUNO]

Nascimento:

Nacionalidade:

[NOME DO ALUNO] está inscrito/a em tese de cotutela:

Na Universidade Federal de Pernambuco Em Doutorado de [Nome do Programa] A partir do ano de 2020-20XX

Na [Instituição Parceira]

Em Doutorado de [Nome do Programa] A partir do ano 2020-20XX

Artigo 2

- A duração da preparação da tese é repartida entre as duas instituições por períodos alternativos entre cada um dos dois países: [número de meses] meses na Universidade Federal de Pernambuco e [número de meses] meses na [Instituição Parceira].

- O período passado em um dos dois países não pode ser inferior à 30% da duração total de preparação da tese.

- O/A aluno/a de doutorado [NOME DO ALUNO] se compromete a apresentar a tese em até [número de meses] meses contados desde [mês] de [ano].

Artigo 3

- [NOME DO ALUNO] terá isenção de valores de inscrição na [Instituição Parceira]. OU [NOME DO ALUNO] deverá o valor de referentes à na [Instituição Parceira]

Artigo 4

- A assistência social do/a aluno/a de doutorado [NOME DO ALUNO] está assegurada pelos serviços competentes da instituição [nacionalidade da instituição Parceira] e do Brasil.

Artigo 5

- A [NOME DO ALUNO] doutorando pela [Instituição Parceira] possui seguro saúde conforme a legislação do Brasil e [País Estrangeiro]

Artigo 6

- O título (provisório) da tese é: [título da tese].

-Esta tese é orientada por:

-Na Universidade Federal de Pernambuco pelo professor [NOME DO ORIENTADOR]

-Na INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESTRANGEIRA pelo professor [NOME DO ORIENTADOR].

Os orientadores de tese exercerão plenamente suas funções em relação ao aluno de doutorado e se consultarão também o quanto for necessário para favorecer a progressão do trabalho de pesquisa.

Artigo 7

O/A aluno/a de doutorado [NOME DO ALUNO] se compromete a cursar as matérias e a atividades obrigatórias da [Instituição Parceira]:

1. [lista de atividades e matérias]

Artigo 8

O/A aluno/a de doutorado [NOME DO ALUNO] se compromete a cursar as matérias e a atividades obrigatórias da UFPE:

a) [lista de atividades e matérias] Artigo 9

- A banca de defesa é designada em comum acordo pelas instituições em parceria. A banca é composta paritariamente por membros habilitados dos respectivos países. Esta compreende pelo menos [número de membros] membros entre os quais, dois são os diretores da tese, [NOME DO ORIENTADOR] da UFPE e [NOME DO ORIENTADOR], da [Instituição Parceira].
- Um Relatório externo aos dois Programas envolvidos, bem como uma pré-defesa (qualificação) são requisitos necessários para a defesa da tese.

Artigo 10

- A defesa da tese se dará na [Local de defesa da tese]. A defesa poderá ocorrer, caso necessário, por videoconferência.

Artigo 11

- A tese será defendida e redigida em [Idioma da tese].

Artigo 12

- Uma vez sendo a tese devidamente aprovada,

A Universidade Federal de Pernambuco se compromete a conferir o grau de doutor/doutora em [Nome do programa] à [NOME DO ALUNO] e a entregar-lhe o diploma correspondente E a [Instituição Parceira] compromete a conferir o grau de doutor/doutora em [Nome do programa] e a entregar-lhe o diploma correspondente.

Artigo 13

- O/A aluno/a de doutorado e os orientadores de tese das instituições acima mencionadas se comprometem a respeitar a regulamentação em vigor em cada um dos dois países para depósito, o aviso e a reprodução das teses.

Artigo 14

- Toda modificação à presente convenção será objeto de um termo aditivo.
- Cada instituição pode pôr fim à convenção, a partir de um aviso prévio devidamente motivado.

De acordo com as normas estabelecidas neste documento, em sua versão em português e em , além das partes para cumprir seus efeitos.

Data: ____/____/____

UNIVERSIDADE PERNAMBUCO	FEDERAL	DE	(NOME DA IES ESTRANGEIRA)
----------------------------	---------	----	---------------------------

(NOME COMPLETO)	(NOME COMPLETO)
Reitor	Presidente/Reitor/
Data: _____ / _____ / _____	Data: _____ / _____ / _____

OS COORDENADORES DOS CURSOS, DORAVANTE DIRETORES/COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE DOUTORADO

Coordenador do PPG de
[Nome do Programa] da UFPE

Coordenador do Programa
[Nome do programa] da Instituição Parceira [Nome]

[Nome]

OS DIRETORES/ORIENTADORES DA TESE

O Orientador de tese da UFPE

O orientador de tese da [Instituição Parceira]

[Nome]

[Nome]

O ALUNO DE DOUTORADO [NOME DO ALUNO]

(MODELO) TERMO DE COMPROMISSO

O (A) estudante _____ (Nome completo),
matriculado(a) no Curso de _____ do _____ Programa

Área de Concentração _____ da _____ (Nome
completo
da instituição), cuja orientação será assegurada pelo Prof. _____ (Nome
completo) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pelo Prof.

(Nome completo) da _____ (Nome completo da instituição
estrangeira)

(_____) (sigla, se houver), efetuará suas pesquisas por períodos alternados em ambas as
instituições. O título do projeto que será desenvolvido é

cujo plano de trabalho está devidamente anexado a este termo.

Conforme disposto na CLÁUSULA _____ da Convenção Acadêmica para Co- Tutela da Tese
celebrado entre a UFPE e a _____ (Nome ou sigla da instituição estrangeira), a tese
será redigida e defendida em _____ (idioma), com
defesa a
ser realizada na _____ (instituição). O título
previsto para tese é

O seguro saúde deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem, antes de sua chegada à
instituição receptora.

O estudante e os dois orientadores se comprometem a realizar todas as atividades determinadas na Convenção
Acadêmica para Cotutela de Tese celebrado entre a UFPE e a ____ (Nome ou sigla da instituição estrangeira) e se
comprometem a prestar informações ou esclarecimentos sobre qualquer óbice que porventura interferir no
cumprimento das atividades previstas na Convenção. O estudante e os dois orientadores certificam que tem
ciência do inteiro teor da respectiva Convenção.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em duas (2) vias idênticas, em
português e em _____ (idioma), de igual teor e para um só efeito.

(Assinatura do Estudante)

Data _____/_____/

(Assinatura do Orientador) Data _/_____/

(Assinatura do Orientador) Data _/_____/

Plano de Atividades Doutorando:

- a. justificativa para a orientação em cotutela e para a escolha do(s) coorientador(es);
- b. objetivos e metas;
- c. disciplinas a serem cursadas/fases da pesquisa/ coleta de dados;
- c. cronograma de atividades

(Assinatura do Estudante) Data __/____/

(Assinatura do Orientador) Data __/____/

(Assinatura do Orientador) Data __/____/

REQUERIMENTO

Nº

Data:

De:

Para: Colegiado do Programa de Pós-Graduação em

Docente Interessado:

Discente Interessado:

Assunto: Acordo de Cotutela Internacional de Tese Prezado (a) Coordenador (a),

Venho, por meio deste, solicitar ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em.....a
apreciação da documentação abaixo indicada, tendo como objetivo a celebração de Convenção
[Geral/Específica] de Cotutela de Tese, em conformidade com a Resolução XXXXXXXX.

- Dados do Interessado:

Nome do estudante:

Programa de Pós-Graduação:

Período de Mobilidade:

Nome da Instituição Estrangeira:

Coorientador na UFPE:

Coorientador na Instituição Parceira:

- Documentação apresentada:

() minuta da Convenção de Cotutela (Geral ou Específica) em português e em língua estrangeira, se for o caso;

() Termo de Compromisso devidamente preenchido e assinado;

() documento que conste interesse da instituição estrangeira na realização do projeto; () proposta de Plano de Atividades;

() histórico escolar do estudante ou documento equivalente;

Nestes termos, Peço deferimento.